

# Guerra Global ao Terror: o “urbicídio” no centro da aliança EUA-Israel

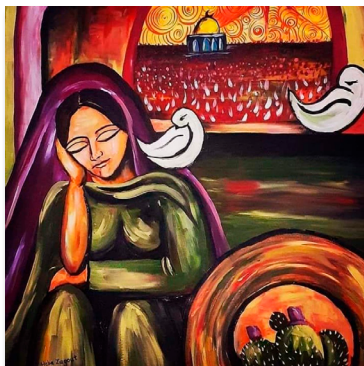
BRUNO HUBERMAN

ISABELA AGOSTINELLI DOS SANTOS

REGINALDO MATTAR NASSER

**RESUMO:** À luz da devastação israelense em Gaza em 2023-24, o artigo aborda as relações entre Estados Unidos e Israel, a fim de explorar o histórico e as bases de sustentação da relação especial estabelecida entre os dois países. Argumentamos que a destruição urbana, denominada “urbicídio”, reflete a estratégia de contrainsurgência israelense exportada globalmente a partir da parceria EUA-Israel na Guerra ao Terror.

**PALAVRAS-CHAVE:** Israel. EUA. Guerra Global ao Terror. Palestina. Urbicídio.



## Urbicide at the heart of the US-Israel alliance in the Global War on Terror

---

**BRUNO HUBERMAN**

Bruno Huberman. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP). Pesquisador de Pós-Doutorado em Relações Internacionais na mesma instituição. Professor de Relações Internacionais na PUC-SP.  
E-mail: bruno.huberman@gmail.com

---

**ISABELA AGOSTINELLI DOS SANTOS**

Isabela Agostinelli dos Santos. Doutora pelo PPGRI San Tiago Dantas. Pesquisadora de Pós-Doutorado em Relações Internacionais vinculada ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU).  
E-mail: isagostinellis@gmail.com

---

**REGINALDO MATTAR NASSER**

Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professor da PUC-SP e do PPGRI San Tiago Dantas. Pesquisador do INCT-INEU.  
E-mail: reginaldonasser@gmail.com

**ABSTRACT:** Considering the Israeli devastation in Gaza in 2023-24, the article addresses the relations between the US and Israel, in order to explore the historical backdrop and underlying factors that have fostered the special alliance between these two nations. We argue that urban destruction, known as “urbicide”, reflects the Israeli counterinsurgency strategy exported globally through the US-Israel partnership in the War on Terror.

**KEYWORDS:** Israel. USA. Global War on Terror. Palestine. Urbicide.

---

DATA DE ENVIO: 29/02/2024

DATA DE APROVAÇÃO: 15/03/2024

## 1 Introdução

Em 29 de fevereiro de 2024, a Organização das Nações Unidas (ONU) reportou mais de 30 mil palestinos mortos decorrentes das ações militares israelenses como resposta ao ataque do Hamas aos assentamentos e cidades fronteiriças israelenses ocorridos no dia 7 de outubro de 2023. Pelo menos 17 mil crianças perderam os pais ou estão apartadas de seus familiares (CHADE, 2024). Ainda segundo a ONU, cerca de 85% dos 2,2 milhões de pessoas em Gaza podem ter deixado as suas casas desde o início dos bombardeios aéreos combinados com a invasão terrestre do território palestino. Neste momento, estimava-se que 360 mil, ou 60%, das unidades residenciais da Faixa de Gaza foram danificadas ou destruídas. Apenas 12 dos 35 hospitais e 17% dos centros de pronto-socorro em Gaza estavam funcionando parcialmente. Somente uma das três estações israelenses de fornecimento de água para Gaza estava operando, com 47% de sua capacidade total, 132 poços de extração de água do aquífero foram danificados ou destruídos, e nenhum sistema de tratamento de água estava em funcionamento (OCHA, 2024). A escala de morte e destruição decorrente das ações israelenses levaram a África do Sul a acusar formalmente o Estado israelense de cometer crimes de guerra e genocídio na Corte Internacional de Justiça (CIJ).

A destruição indiscriminada e intensiva da infraestrutura urbana da Faixa de Gaza em decorrência das operações militares israelenses desde 2008, aliada à impossibilidade de reconstrução causada pelo bloqueio, são as principais características de um estado de guerra permanente em Gaza, cujo resultado pode ser mais compreendido pelo conceito de “urbicídio” (COWARD, 2008). Esta ideia foi utilizada, pela primeira vez, para descrever os massacres e destruição material da vida urbana – casas, escolas, lojas, fábricas, hospitais – durante a Guerra da Bósnia de 1992-95. Já em 2006, o historiador israelense Ilan Pappé alertou para o fato de que Palestina e Bósnia constituíam dois casos notórios de limpeza étnica pelos Estados de Israel e Sérvia, respectivamente (PAPPÉ, 2006).

No caso da Palestina, o termo urbicídio foi mobilizado inicialmente para descrever a operação militar israelense no campo de refugiados de Jenin, na Cisjordânia, em abril de 2002,

fazendo referência, em particular, à demolição intensiva de grandes áreas ocupadas por edifícios e casas durante a Operação Escudo Defensivo. Foram alocadas enormes quantidades de forças militares com alto poder de destruição contra insurgentes e civis circunscritos em um terreno urbano densamente povoado (GRAHAM, 2010, p. 35). De forma semelhante ao observado em Jenin, em 2023 os israelenses justificaram a destruição indiscriminada do espaço urbano palestino em Gaza a partir do objetivo de eliminar “infraestruturas terroristas”, como os túneis utilizados pelo Hamas. “Temos soluções únicas para atingir todos os túneis e desmontá-los no subterrâneo”, afirmou o ministro da Defesa de Israel, Yoav Gallant (FROTINSKY, 2023).

De acordo com Stephen Graham (2010), a experiência militar israelense em lidar com esses novos imperativos urbanos passou a ser exportada para todo o mundo. Mas, diferentemente de Graham, que se propõe a “entender o surgimento do contexto jurídico, político-econômico, biopolítico e geopolítico mais amplo no qual essas imitações e apropriações se tornam normalizadas” (GRAHAM, 2010, p. 36-37, tradução nossa), nosso objetivo neste artigo é mostrar como o alinhamento entre EUA e Israel não foi fruto apenas da atuação de *lobbies* em Washington, como argumentado por Mearsheimer e Walt (2007). Foi também o resultado de um processo de cooperação tecnológica envolvendo grandes somas de investimentos econômicos em setores de segurança, vigilância e militarização dos espaços urbanos desenvolvidos pelos israelenses em territórios palestinos. Tais ações vieram a ser replicadas pelos estadunidenses no Afeganistão, Paquistão, Iraque, Síria, Líbia, Somália e Iêmen no contexto da Guerra Global ao Terror (GGT).

Levando em consideração o papel que Israel, que recebe anualmente US\$3,8 bilhões em ajuda militar dos EUA, desempenha no desenvolvimento deste novo paradigma para guerras urbanas ao utilizar os territórios palestinos como laboratório para suas novas doutrinas e armas, o nosso objetivo é explorar os desdobramentos da GGT e de que maneiras o Pentágono e as Forças Armadas estadunidenses começaram a elaborar uma nova doutrina militar das guerras assimétricas e irregulares para responder às exigências

que este novo “campo de batalha” proporciona (GRAHAM, 2016; NASSER, 2012).

Desde a Guerra Fria, Israel atua como um verdadeiro *proxy* dos EUA contra inimigos no Oriente Médio e em territórios onde não pode atuar diretamente. A presença de Israel na pacificação de insurgências e no fortalecimento de Estados contrarrevolucionários no Terceiro Mundo demonstrou sua importância geopolítica para a projeção global do imperialismo estadunidense. A GGT foi um desdobramento aprimorado desse longo processo. Nós argumentamos que a agressão israelense em Gaza iniciada em 2023 é um escalonamento tanto da aliança estratégica entre EUA e Israel no desenvolvimento de técnicas compartilhadas de contrainsurgência como no uso da destruição do espaço urbano para alcançar os seus objetivos políticos e militares.

Na primeira seção, nos debruçaremos sobre a história da relação entre EUA-Israel até o início da GGT, analisando em particular as relações militares inseridas na narrativa de que estaria havendo, naquele momento, um choque de civilizações. Em seguida, analisaremos a cooperação de estadunidenses e israelenses no desenvolvimento de técnicas e tecnologias de contrainsurgência urbana nos territórios palestinos, que vieram a ser utilizadas posteriormente no Iraque. Na terceira parte, mostraremos como Gaza se transformou num autêntico laboratório para o desenvolvimento de técnicas de contrainsurgência e segurança urbana. Por último, demonstraremos como essa parceria entre Israel e EUA na GGT ajudou a projetar o poder dos EUA, particularmente no Sul Global, onde Israel age como um *proxy* estadunidense, fornecendo técnicas e tecnologias para contrainsurgência urbana para fortalecer a capacidade contrarrevolucionária de Estados como China, Índia e Brasil.

## **2 Choque de civilizações: as relações EUA-Israel**

A “relação especial” entre EUA e Israel tem sido objeto de estudo de alguns pesquisadores (BEININ, 2021; COOK, 2008; GRAHAM, 2017; LITTLE, 1993; WAXMAN; PRESSMAN, 2021), que em geral identificam uma aliança histórica multifacetada, com momentos

de fricção e aspectos contraditórios. É comum elencar alguns elementos para justificar a aproximação entre EUA e Israel: (i) o fato de este ser a única “democracia” do Oriente Médio e possuir características mais ocidentalizadas; (ii) o peso do apoio dos protestantes ao sionismo; (iii) o sentimento de obrigação e dever moral para com os sobreviventes do Holocausto; (iv) o papel do *lobby* israelense na política americana; (v) e a importância dos eleitores e financiadores judeus sionistas para o partido democrata (BEININ, 2021, p. 196). No entanto, avaliamos que essas relações envolvem também aspectos comerciais, principalmente ligados à indústria militar de ambos os países, e aspectos subjetivos referentes à visão de mundo que determina enfrentar a ameaça oriunda do Oriente.

Embora tenham se intensificado de maneira sem precedentes no imediato pós 11 de setembro de 2001, as relações EUA-Israel datam de muito antes. Os EUA foram o primeiro país a reconhecer a declaração de independência de Israel, em 1948, seguidos da União Soviética. Nos primeiros anos da Guerra Fria, a aliança estratégica entre israelenses e estadunidenses ainda não estava estabelecida, mas as suas sementes já começavam a ser plantadas. Em 1951, James Jesus Angleton, chefe da repartição da CIA dedicada às relações com Israel, iniciou uma cooperação com a Mossad, o serviço de inteligência israelense, abandonando o receio de que os sionistas socialistas poderiam se alinhar à União Soviética (BEININ, 2021, p. 197).

Contudo, foi apenas após a vitória de Israel na guerra de 1967 que os EUA passaram a enxergar o país como um aliado forte e estratégico no Oriente Médio. Se Eisenhower publicamente afirmou que os EUA apoiariam as sanções da ONU caso Israel não retirasse suas tropas de Gaza e do Sinai, no contexto da Guerra de Suez (1956-1957), em 1967 o cenário foi diferente: a ocupação da Cisjordânia, da Faixa de Gaza e das Colinas do Golã pelos israelenses foi feita com aquiescência dos estadunidenses (WAXMAN; PRESSMAN, 2021). Em um momento marcado pelo nacionalismo árabe e pelo que entendiam ser uma ameaça comunista no Oriente Médio, EUA e Israel passaram a partilhar semelhanças, embora os estadunidenses tivessem preocupações com uma

possível produção de armas nucleares israelenses. Após a França suspender o envio de armamentos para Israel, e diante do estreitamento de relações de Egito e Síria com a URSS, os israelenses buscaram convencer os EUA de que, atuando como *proxy*, representariam os objetivos estadunidenses na região, assegurando o seu domínio sobre recursos estratégicos, especialmente o acesso ao petróleo (GREGORY, 2004, p. 78). Os EUA, que já haviam fornecido US\$ 360 milhões em ajuda militar a Israel entre 1968 e 1970, quadruplicou este montante, chegando a US\$ 1,5 bilhão em ajuda militar entre 1971 e 1973 (BEININ, 2021, p. 200). Essa ajuda militar, porém, não foi apenas “um presente para Israel”, mas uma “bonança para os fabricantes de armas dos EUA” (BEININ, 2021, p. 199, tradução nossa), pois o material fornecido aos receptores da ajuda militar foi comprado de produtores americanos pelo governo, o que mantém ativa a linha de produção que não é suficientemente comprada apenas pelas forças americanas (BEININ, 2021).

A relação EUA-Israel se tornaria ainda mais especial nos anos 1980, quando passa a ser mais complexa e multifacetada, envolvendo elementos financeiros, militares e tecnológicos. Ronald Reagan (1981-89) chegou a declarar que Israel era “o único ativo estratégico remanescente na região em que podemos confiar” (BEININ, 2021, p. 200, tradução nossa), sobretudo após a revolução iraniana de 1979, que derrubou o regime pró-Occidente, até então maior aliado dos EUA na região, e o acordo de paz selado entre Israel e Egito no mesmo ano, reconfigurando a geopolítica do Oriente Médio. Em 1984, por exemplo, EUA e Israel começaram a participar de exercícios militares conjuntos. Em 1985, ambos selam um Acordo de Livre Comércio, o primeiro dos estadunidenses, que passam a investir nas indústrias militar e tecnológica israelense. A indústria bélica israelense é privatizada dentro de um conjunto de reformas neoliberais no país, o que desestrutura o estado de bem-estar social para os seus cidadãos. De 1988 a 1992, Israel recebeu cerca de US\$ 1 bilhão em ajuda em Pesquisa e Desenvolvimento para a produção de escudos antimísseis. É também nos anos 1980 que Israel passa a se consolidar como um grande produtor de armamento – com 80% destinado à exportação. Além das mais tradicionais, Israel desenvolve armas de alta

tecnologia, como lasers, softwares militares, drones e sistemas de controle e gerenciamento populacional (BEININ, 2021).

Já nos anos 1990, com o colapso da URSS e a reorganização da nova ordem mundial, marcada pelo triunfo da democracia liberal, Israel perde a principal justificativa para manter o seu papel como “polícia regional” garantidora dos interesses dos EUA no Oriente Médio. Os Acordos de Oslo (1993-95) representam uma tentativa de alterar a configuração da hegemonia estadunidense na região, não mais pela via militar, mas através de acordos de paz que permitissem o livre-comércio no Oriente Médio. Com a chegada de Benjamin Netanyahu ao posto de primeiro-ministro, em 1996, e o crescimento do movimento neoconservador nos EUA, um novo projeto político balizador da aliança EUA-Israel é lançado. Inspirado nas ideias de Samuel Huntington de que o pós-Guerra Fria seria marcado por um choque de civilizações, no qual a sociedade islâmica substituiria o bloco comunista como a principal ameaça oriunda do Oriente, começa a surgir a justificativa moral para a permanência das relações entre EUA e Israel por meio da via militar.

Os neoconservadores israelenses e estadunidenses argumentavam que Israel seria uma peça fundamental para enfrentar o possível conflito entre o Ocidente judaico-cristão e o Oriente islâmico. Eles eram contra a paz com os árabes e começaram a sabotar o projeto político dos Acordos de Oslo. Os neoconservadores entendiam que os israelenses não deviam ceder terras aos palestinos, o que permitiria a ascensão do Hamas e grupos islâmicos, fortalecendo posições colonizadoras e a defesa da anexação da Cisjordânia na sociedade israelense em um momento em que a criação de um Estado da Palestina parecia uma possibilidade real. Novos atores deveriam ser enfrentados por EUA e Israel: os sunitas jihadistas da Al Qaeda, o Talibã no Afeganistão e o Hezbollah no Líbano. Os neoconservadores viam esse “caos organizado” na região como um fator indispensável para assegurar o domínio israelense na região e o controle estadunidense dos recursos energéticos. A fragmentação interna de Estados e nações em grupos e tribos enfraqueceria esses atores e impediria o surgimento de uma entidade política fortalecida contra os israelenses (COOK,

2008). O restabelecimento de uma aliança militar estratégica entre EUA-Israel ocorre com os atentados de 11 de setembro de 2001 e o início da GGT, quando o “choque de civilizações” é elevado a um novo patamar e as alianças dos neoconservadores ficam mais fortes, focadas em enfrentar os “radicais islâmicos” e o Irã (BEININ, 2021, p. 206). Até os anos 1990, havia certo equilíbrio no apoio de democratas e republicanos a Israel, mas isso mudou após o 11/09, quando os republicanos passaram a ser o grupo que mais apoia Israel. Uma pesquisa realizada em 2019 constatou que 26% dos democratas tinham uma visão favorável a Israel, comparado a 61% dos republicanos (WAXMAN; PRESSMAN, 2021, p. 80).

Alguns elementos dessa relação especial entre EUA-Israel valem ser mencionados. Um deles é a “israelização” do discurso americano na GGT, pautado na demonização e essencialização dos árabes e dos muçulmanos como inimigos a serem combatidos sem medir esforços. Os enquadramentos discursivos e jurídicos e o apelo a medidas de estado de exceção, historicamente mobilizados por Israel como doutrina para justificar suas violências contra os palestinos, foram imitados pelos EUA (GRAHAM; BAKER, 2016, p. 42).

Uma das técnicas exercida por Israel nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO) e replicada pelos EUA em cidades como Bagdá, durante a invasão ao Iraque em 2003, é o ataque a infraestruturas das cidades e à população civil, não fazendo qualquer distinção entre civil e combatente, o que Graham e Baker (2016) qualificaram como “palestinização” do Iraque. Essas técnicas são fruto de uma longa experiência israelense de controle populacional e contrainsurgência na Palestina. Além disso, os americanos se inspiraram na construção de enquadramentos legais e geográficos de “zonas cinzas” (*gray zones*), sobre as quais poderiam ser feitas incursões militares diante da suspensão das normas do Direito Internacional. Os EUA ainda inovaram ao cunhar o conceito de “combatente ilegal”, que poderia ser encarcerado sem julgamento e por tempo indeterminado. As aproximações entre neoconservadores israelenses e estadunidenses também envolveu estratégias como a guerra preventiva, muito utilizada por Israel em operações militares na Palestina, como a feita no campo de refugiados de Jenin, e que os EUA aplicaram em Bagdá (GRAHAM, 2017; GRAHAM; BAKER, 2016).



### 3 Urbicídio: de Jenin a Bagdá

As primeiras doutrinas estadunidenses a respeito das guerras urbanas enfatizavam investimentos em tecnologia de última geração e a revisão de táticas e técnicas de engajamento como as formas mais apropriadas de superar os constrangimentos impostos pelo teatro de operações urbanas. Espaços densamente povoados por pessoas e infraestrutura dificultam a aplicação de métodos de vigilância, monitoramento e engajamento tradicionais, assim como limita o poderio dos EUA, uma vez que provoca uma grande destruição da infraestrutura e um alto número de mortes de não combatentes (NASSER, 2012). Essa abordagem estava influenciada pela Revolução nos Assuntos Militares (RMA, na sigla em inglês), um projeto que buscava manter a projeção de poder global dos EUA pela superioridade em tecnologia militar, responsável pelo desenvolvimento da capacidade de atingir alvos com extrema precisão, como ocorreu na Guerra do Golfo (1991-1992) e no Kosovo (1999) (GRAHAM, BAKER, 2016). No entanto, a superioridade militar estadunidense não se mostrou suficiente para superar os obstáculos apresentados pelo ambiente urbano, como demonstram os casos da Batalha de Mogadíscio, na Somália, em 1993.

Os militares estadunidenses viam o terreno urbano, congestionado por edifícios, como um grande nivelador entre as forças de alta tecnologia dos EUA e de seus adversários de baixas tecnologias, desorganizados e mal equipados: o onipresente “inimigo não convencional irregular” em todas as teorias de guerras urbanas. Os prédios escondem alvos aéreos, o meio preferido de engajamento por conta do medo de ações terrestres provocarem mortes de soldados, e as paredes prejudicam as ondas de comunicação por rádio e a visão de longo alcance. Esse entendimento do ambiente urbano, vigente até hoje, abriu caminho para projetos militares tecnológicos, como maiores investimentos em aeronaves não tripuladas, os drones, e sistemas de leitura simultânea de Big Data, em parceria com corporações militares privadas dos EUA e de Israel (GRAHAM, 2017).

Diante dessas limitações, a experiência israelense na Palestina se tornou a referência de sucesso a partir da qual os estadunidenses passariam a se referenciar para superar os constrangimentos

do teatro de operações urbano visando novas ações em solo iraquiano (GRAHAM, 2017). A Operação Escudo Defensivo promovida pelas Forças de Defesa Israelenses (IDF, na sigla em inglês) durante a Segunda Intifada (2000-2006) contra os palestinos foi um laboratório para o desenvolvimento de técnicas e táticas de contrainsurgência urbana. Um resultado é a inversão na geometria do espaço de batalha (WEIZMAN, 2017, p. 185). Antes, os soldados precisavam se adequar ao campo de batalha; agora, os militares passam a moldar o espaço de batalha urbano de acordo com os seus objetivos estratégicos. Foi a partir desse desejo de reinterpretar o espaço que os militares israelenses desenvolveram a técnica “caminhar entre muros”. Uma vez que as ruas a céu aberto são locais vulneráveis por causa da presença de atiradores de elite escondidos nos escombros das casas e de explosivos improvisados, os israelenses passaram a abrir buracos nas paredes das casas e começaram a caminhar por dentro do espaço urbano para chegar até o seu objetivo em vez de contornar os obstáculos físicos. Essa técnica, desenvolvida durante o cerco à cidade palestina de Nablus, buscava quebrar os obstáculos impostos pela tridimensionalidade do espaço urbano, o que os militares consideraram como um “paraíso seguro” para os seus combatentes (WEIZMAN, 2007, p. 185).

Contudo, foi o cerco ao campo de refugiados de Jenin, na Cisjordânia, que chamou a atenção dos EUA. Inicialmente, os israelenses utilizaram a mesma técnica “suave” de furar muros, mas os atiradores de elite palestinos aprenderam a atirar pelos buracos abertos (WEIZMAN, 2017, p. 202). As forças israelenses optaram, em abril de 2002, pelo uso desproporcional de força militar contra alvos civis urbanos. Por mais de três dias, bombas e tratores alteraram a topografia do espaço de batalha, deixando 52 mortos — mais da metade civis —, mais de 400 edifícios destruídos e outros 1,5 mil danificados numa área de 40 mil metros quadrados; 14 mil residentes ficaram desabrigados (GRAHAM, 2017, p. 301; WEIZMAN, 2017, p. 203). Novas vias foram abertas para permitir a passagem de tanques na direção do interior do campo, assegurando a vitória militar dos israelenses. Outra inovação israelense foi a utilização de drones para o reconhecimento do terreno e suporte na “destruição inteligente” (WEIZMAN, 2017, p. 203).

Demolições também foram utilizadas como táticas em Hebron e Ramallah, mas Weizman (2017) relata que os ataques urbanos a Nablus e Jenin foram conduzidos a partir de uma lógica de destruição total mesmo depois de o inimigo ter se rendido e a vitória militar alcançada – foi a pressão internacional que assegurou o fim dos ataques. Graham (2017, p. 302) nota que os israelenses utilizaram o discurso de dismantlar a “infraestrutura terrorista” no contexto da GGT para “atacar as bases urbanas de um proto-Estado palestino”. O aprendizado israelense na ocupação do sul do Líbano durante as décadas de 1980 e 1990 também orientou a racionalidade destrutiva: a demolição da infraestrutura urbana retira dos guerrilheiros a proteção física e o amparo que a sociedade e as suas famílias asseguram para sustentar combates por períodos mais longos. O “urbicídio”, isto é, a destruição deliberada de uma cidade está inserida nessa estratégia de contrainsurgência urbana.

Em 2006, a estratégia ganhou forma de doutrina: na guerra contra o grupo libanês Hezbollah, no sul do Líbano, os israelenses bombardearam o bairro de Dahieh, em Beirute, onde localizava-se o quartel-general do Hezbollah após meses de cerco e conflitos. A Doutrina Dahiya passou a ser utilizada não apenas nas guerras de Gaza, que desde 2008 já provocaram a morte de milhares de civis palestinos (HALPER, 2015), como também pelos militares estadunidenses em confrontos no Iraque. Segundo Weizman (*apud* CRANDALL, 2004, p. 84, tradução nossa), “um soldado paraquedista que participou da batalha de Jenin me disse que oficiais estadunidenses (vestidos em uniformes da IDF) [estavam] presentes como espectadores em meio ao entulho do campo de refugiados enquanto os últimos estágios da ‘batalha’ transcorriam”.

Jenin marcou o início de uma série de trocas de conhecimentos, técnicas e tecnologias militares entre israelenses e estadunidenses em operações de contrainsurgência urbana a partir das experiências na Palestina que passaram a ser aplicadas no Iraque (GRAHAM, 2017). Em 2003, israelenses treinaram forças especiais estadunidenses para utilizar “operações agressivas de contrainsurgência no Iraque, incluindo o uso de esquadrões de assassinato contra líderes de guerrilha” (BORGER, 2003, tradução nossa).

Consultores israelenses também estiveram no Iraque ainda naquele ano, onde táticas emulavam as operações israelenses nos territórios palestinos, como “o isolamento de centros de resistência com arame farpado e a demolição de edifícios de onde foram lançados ataques contra as tropas americanas” (BORGER, 2003, tradução nossa). Os estadunidenses fragmentaram o território iraquiano a partir de checkpoints, muros e blocos de concretos semelhantes aos dos TPO, constituindo diversos enclaves militarizados (GRAHAM, 2017). Em 2005, a cooperação continuou na base de Tze’elim, no deserto do Negev, em Israel, também conhecido como Baladia — “cidade”, em árabe. O local corresponde às visões orientalistas dos israelenses a respeito de um espaço urbano árabe para treinamento para combates casa-a-casa e já recebeu militares estadunidenses, da ONU e de outros países (WEIZMAN, 2017).

Essa cooperação em contrainsurgência urbana selou uma nova ordem na aliança entre Israel e EUA no contexto da GGT, com maior entrelaçamento entre os seus complexos industriais-militares, particularmente nas áreas de segurança nacional e cibersegurança, com Israel servindo como fundamental aliado estratégico em operações contra Irã e grupos muçulmanos, como no ciberataque contra centrífugas de enriquecimento de urânio iranianas por meio do vírus Stuxnet (HALPER, 2015). Além disso, os assassinatos extrajudiciais por drones em países onde os EUA não estavam em operação oficial se iniciaram em 2002, no Iêmen, passaram a ser justificados à maneira israelense: seria legítimo pois era impossível prendê-lo (HAJJAR, 2019).

#### **4 Gaza, um laboratório para novas tecnologias de segurança**

A fragmentação interna e a ocupação do Afeganistão e do Iraque, pelos EUA, e da Palestina, por Israel, envolvem o que Gregory (2004, p. 15) chamou de ressonâncias contemporâneas de ideias e práticas orientalistas. Essas realidades constituem o presente colonial do século XXI, no qual o Oriente Médio é palco proeminente. No cenário de GGT, práticas do passado colonial são reafirmadas e reativadas, sendo uma delas o estabelecimento de uma narrativa global e a combinação de conhecimento e

poder. Isso ficou visível por meio da qualificação da GGT como uma “guerra para salvar a civilização”, em termos dicotômicos e maniqueístas do bem contra o mal, da civilização contra a barbárie (GREGORY, 2004, p. 47-48, tradução nossa).

Nesse contexto, há uma continuação do imaginário e das práticas coloniais da modernidade, liderada pela Europa no século XIX e continuada pelos EUA no final do século XX e começo do XXI, no que é conhecido como ordem mundial liberal. Para Acharya (2022, p. 27), esses dois momentos da história refletem a primazia do Ocidente sobre o Oriente, o modo de produção capitalista e a invenção da raça e do racismo como princípios organizadores das relações sociais internacionais. A GGT é um terreno fértil para compreender como infraestruturas geográficas, tecnológicas e políticas sobrepostas são testadas em determinado espaço, como a Faixa de Gaza, na Palestina, e exportadas e replicadas para outros lugares do mundo (STOCKMARR, 2016). EUA e Israel são protagonistas desse cenário: ambos compartilham de histórias semelhantes de crença em um destino manifesto, segundo o qual os colonos são responsáveis por levar a civilização aos espaços qualificados juridicamente como terra nullius — terra de ninguém —, o que significou, na realidade, a expulsão da população nativa indígena dos EUA e da Palestina.

Wolfe (2006) chama esse processo histórico de colonialismo por povoamento, o qual opera por uma lógica de eliminação da população nativa e sua substituição pela população colona para a construção de um novo país sobre as ruínas da nação indígena. A hierarquia racial é fundamental nesse processo, de forma que há uma transformação do colonizado em uma espécie de mal absoluto, desprovido de humanidade e que, portanto, deve ser explorado e/ou eliminado. No pós 11/09, ficou explícita a categorização do árabe e do muçulmano — muitas vezes tido como a mesma categoria — como o Outro absoluto. Com efeito, essa lógica foi posta em prática por meio da territorialização de espaços urbanos tidos como inimigos, não civilizados, anti-modernos, irracionais, entre outras qualificações orientalistas, construindo uma geografia imaginativa em apoio à violência e à militarização. A identificação de lugares com grupos específicos, como Gaza em relação

ao Hamas e Afeganistão em relação à Al Qaeda e ao Talibã, transformou esses espaços e seus habitantes em abstrações e objetos-alvos, sem distinção do que seria civil e combatente, em uma tentativa de legitimar as incursões violentas dos EUA e de Israel (GRAHAM, 2017; GREGORY, 2004).

Não é surpreendente que alguns espaços palestinos sejam usados como laboratórios de testes de armas e novas tecnologias israelenses que são exportadas globalmente. Olhando para a Faixa de Gaza, Stockmarr (2016, p. 59) aponta que as práticas coloniais israelenses e sua difusão para outros lugares do mundo em forma de tecnologias de policiamento estão baseadas em estruturas de diferenciação racial, em uma lógica de separação espacial e em narrativas de um estado permanente de insegurança. Isso pode ser replicado em outros lugares do mundo, como favelas, campos de refugiados, guetos, prisões etc., considerados espaços perigosos, inimigos, e que precisam de policiamento constante (STOCKMARR, 2016, p. 61-64). O confinamento desses espaços é uma tática central da guerra liberal de contrainsurgência, informada por técnicas de engenharia social e espacial e baseadas na hierarquia racial. É o que acontece no Iraque, na Palestina e no Afeganistão, onde são desenvolvidas formas disciplinares de coerção, detenções extraterritoriais e por tempo indeterminado e confinamento em massa por meio da “enclavização” dos espaços. As lições aprendidas por Israel com os britânicos durante o mandato na Palestina foram aplicadas aos TPO e exportadas para os EUA, que as desenvolveram no Iraque durante a ocupação (KHALILI, 2013).

Gaza funcionava como um espaço transnacional e comercial onde se criam e transmitem táticas e tecnologias de policiamento exportadas globalmente. Os produtos mais comuns costumavam ser os sistemas de zoneamento, como barreiras e cercas elétricas, bem como o sistema de drones, os aparelhos de identificação biométrica – para controle logístico de mobilidade – e os detectores de movimento. Alguns produtos, como os detectores de movimento e grades de proteção da israelense Sabrafence, eram vendidos não apenas para os EUA, mas para Egito, Jordânia, Grécia e até mesmo para a Autoridade Palestina (STOCKMARR, 2016, p. 69).

Além disso, a Elbit Systems, a maior empresa militar israelense, foi contratada pelos EUA, no valor de US\$ 26 milhões, para construir uma barreira na fronteira do Arizona com o México (PARRISH, 2019). A também israelense Magal, que construiu a barreira que cerca Gaza, esteve entre as empresas em licitação para a construção do muro que Donald Trump almejava construir na fronteira com o México (LOEWENSTEIN, 2019).

Alguns autores afirmam que a Faixa de Gaza tornou-se um laboratório para Israel e EUA pois, após a retirada dos assentamentos israelenses em 2005, seu status de um espaço segregado, sem ocupação física e interna de militares israelenses e controlado à distância permite que ela seja um lugar especial para testes de novas técnicas de controle urbano e pacificação de insurgências (GRAHAM, 2010; GRAHAM; BAKER, 2016; LI, 2006; STOCKMARR, 2016). Graham e Baker (2016, p. 46) afirmam haver evidências de que Israel estaria transformando espaços da Cisjordânia, principalmente da Área C, em “mini-gazas”, em enclaves urbanos. Um exemplo seriam os vários checkpoints que dividem cidades e bairros da Cisjordânia, além do grande muro de separação. Logo, Gaza seria o laboratório perfeito para experimentar, à distância, novos dispositivos de controle populacional e territorial, tornando possível a economia de guerra permanente no que Naomi Klein (2008) chama de capitalismo do desastre.

Nesse cenário, o caos e a catástrofe são lucrativos e necessários para a continuação da produção e acumulação capitalistas. Não é à toa, portanto, que Israel se tornou um grande exemplo de gerenciamento de fronteiras — feitas em e para Israel — e um grande exportador de alta tecnologia de segurança nacional, uma indústria de US\$ 82 bi que envolve uma comunidade de especialistas em fronteiras, empresas de segurança, agências governamentais, agentes logísticos e tantos outros atores no processo de exportação de uma tecnologia baseada na diferença racial e na exploração, contenção e segregação de espaços e corpos racializados como os palestinos. Nesse sentido, o capitalismo racial se configura como uma estrutura, uma série de práticas e um sistema de conhecimento (MANCHANDA; PLONSKI, 2022).

## **5 Israel e a guerra global ao terror: fortalecendo o poder estadunidense no Sul Global**

O setor privado de segurança israelense surgiu quando, acompanhando a tendência neoliberal nos anos 1980 e 1990 e buscando diminuir os custos da ocupação após a Primeira Intifada (1987-1993), Israel aprofundou a privatização de diversos setores da sua economia. Neste período, diversas funções militares, como a manutenção de checkpoints e a defesa de assentamentos, passaram para as mãos de empresas de segurança particulares, com grande incentivo do capital estadunidense. Naomi Klein (2008) observa que Israel se tornou um “showroom vinte e quatro horas por dia” que conseguiu “transformar uma guerra sem fim em uma marca”. Em poucos anos, mais de 350 companhias se especializaram na manufatura de produtos de segurança nacional (KLEIN, 2008, p. 515). Em 2004, Israel exportou US\$ 4 bilhões em produtos de vigilância apenas para os EUA (HEVER, 2017). Aproximadamente 80% do que é produzido é para exportação, enquanto nos EUA as exportações representam 20% do mercado de vendas (HALPER, 2015). Israel domina ainda o comércio mundial de drones e diversos tipos de sensores e aparatos de última tecnologia fabricados para o controle populacional (HALPER, 2015).

A capacidade de Israel de capitalizar a sua “experiência de laboratório” ao demonstrar estas tecnologias em uso nos seus conflitos com os palestinos e seus vizinhos árabes se tornou um importante fator de marketing dos produtos israelenses. A próxima aliança entre Israel e os Estados Unidos abriu portas para o mercado global, como o próprio Estados Unidos, o Canadá, a União Europeia, a China, o Brasil e até mesmo antigos inimigos, como a Rússia (GORDON, 2011). Essa prática coloca em risco a generalização das práticas que acontecem na Palestina, como a normalização da exceção como regra em situações consideradas de “segurança nacional”: como preventivamente identificar, seguir e destruir aqueles considerados guerrilheiros e terroristas que se escondem no meio da multidão em centros urbanos do Sul Global.

Israel ascendeu no mercado internacional de armas atuando como um *proxy* dos EUA durante a Guerra Fria contra governos socialistas e forças revolucionárias terceiro-mundistas onde os



estadunidenses não poderiam atuar diretamente. Dessa forma, os israelenses consolidaram contatos com elites de ditaduras e forças contrarrevolucionárias nas periferias para fazer cumprir os interesses do bloco ocidental. Além de EUA e França, entre os principais clientes dos israelenses estiveram as ditaduras Mobuto, no Zaire, Idi Amin, na Uganda, e do apartheid na África do Sul, além dos regimes milites da Argentina, do Chile e do Brasil (HALPER, 2015; HEVER, 2017). Israel teve ainda papel relevante no treinamento de forças contrarrevolucionárias na Guatemala, Honduras e El-Salvador, desempenhando papel fundamental na intermediação internacional de armas no caso Irã-Contras com participação da CIA. A experiência israelense tanto em contrainsurgência nos conflitos assimétricos contra as guerrilhas palestinas como nas guerras regulares contra os exércitos árabes serviu de ativo fundamental para a inserção global de suas empresas militares e armas em diversas ações contrarrevolucionárias nas periferias no mundo, forjando uma “diplomacia das armas” que viria a ocupar um lugar fundamental em sua política externa (HALPER, 2015).

Após a Guerra Fria, Israel se manteve próximo de regimes autoritários do Sul. Por exemplo, os israelenses suprimiram o governo de Ruanda durante o genocídio dos Tutsis em 1994 e, mais recentemente, a ditadura de Mianmar enquanto promovia a limpeza étnica da minoria muçulmana apátrida Rohingya (HEVER, 2017). Para além de assegurar o suporte militar para a execução de crimes contra a humanidade, contudo, os israelenses têm mantido o seu papel de servir aos interesses hegemônicos nas periferias (HALPER, 2015). Após a GGT, Israel consolidou a sua presença no mercado de armas do Sul Global, que ascendeu economicamente como uma das regiões mais ativas do planeta, sustentando o crescimento do PIB global e disputando a hegemonia ocidental. Entre 2003 e 2010, os países em desenvolvimento compraram US\$ 483 bilhões em armas — as nações do Golfo e a Arábia Saudita representam metade dessas aquisições. Israel se posicionou como o sétimo maior vendedor de armas para nações em desenvolvimento nesse período (HALPER, 2015, p. 193).

Os conflitos no Sul Global vieram a ser caracterizados pela sua assimetria. Combatentes irregulares, insurreições urbanas e

demais formas de ameaças consideradas difusas na sociedade civil como parte das infinitas “guerras” ao terror – drogas, pobreza, migração e crime que têm justificado medidas permanentes de exceção que borraram o limite entre lei e exceção, guerra e paz. Israel se beneficiou disso ao ter nas nações do Sul, particularmente Índia, Coreia do Sul, Tailândia, Turquia, Colômbia, Brasil e Vietnã, alguns dos seus principais clientes para as suas armas, tecnologias de segurança nacional e treinamento de contraterrorismo (HALPER, 2015).

China, Índia e Brasil, nações do Terceiro Mundo que compõem os BRICS, bloco que chegou a ser considerado desafiador da hegemonia ocidental, e que historicamente foram grandes apoiadores da causa Palestina, se tornaram importantes parceiros da “diplomacia das armas” israelense.

Israel é o segundo maior fornecedor de armas para China, atrás somente dos russos. Em 2005, as relações sofreram um abalo em torno de uma venda de um drone israelense que poderia incluir tecnologia estadunidense, mas que não afetou de forma severa as relações entre as nações (BEININ, 2021). A China, estaria se “valendo da expertise israelense nos campos de aviação, marinha e antiterrorismo”, inclusive com a participação de policiais responsáveis por patrulhar territórios do Tibet e Uighur em treinamentos na fronteira de Gaza (AYYADI; KAMAL, 2016, p. 9). Os países têm expandido as suas relações comerciais, com Israel chegando a importar 6 mil trabalhadores chineses para substituir a mão de obra palestina em 2017 (TIMES OF ISRAEL; AFP, 2017).

A Índia, desde o atentado em Mumbai, em 26 de novembro de 2008, decidiu “aprender com Israel” como se tornar um país forte em contraterrorismo em espaços urbanos (MACHOLD, 2015). O país tornou-se o maior importador de equipamentos de segurança israelenses nos anos 2010, chegando a representar 49% das exportações israelenses (VARDI, 2019). A aliança permitiu que a Índia se tornasse representante dos interesses israelenses no sul da Ásia e produtora de equipamentos militares a partir de programas de transferência de tecnologia israelense e cooperação científica (VARDI, 2019). Israel tem explorado a islamofobia

de Modi para avançar o seu modelo de segurança como apropriado ao combate ao “terror muçulmano”, além de fortalecer a colonização e ocupação militar da Caxemira e a militarização das fronteiras com Paquistão e China (HALPER, 2015; RAMAHI; SHAHSHAHNI, 2020).

A partir da eleição de Lula da Silva (2003-2010), o Brasil assumiu uma política externa “ativa e ativa” de projeção global que envolvia aproximação com nações árabes, das questões geopolíticas do Oriente Médio, resolução das suas questões de segurança internas para receber eventos internacionais, e modernização das Forças Armadas, que lideraram a Missão de Paz da ONU no Haiti. Este conjunto de fatores criou uma necessidade de aquisição de capacidades coercitivas no mercado internacional e Israel esteve bem posicionado para se tornar um dos maiores vendedores de armas para o país. Durante as administrações Lula e Dilma Rousseff (2011-2016), a importação de produtos militares pelo Brasil aumentou 35% entre 2006-10 e 2011-15 (SIPRI, 2022). Segundo o Sipri, o Brasil foi o oitavo maior comprador de armas israelenses na década de 2010 (SIPRI, 2022). A “diplomacia das armas” se transformou numa influência política que contribuiu para a movimentação para a direita na política interna brasileira e a eleição de Jair Bolsonaro à presidência em 2018, que elevou a cooperação em segurança a um novo nível, inclusive no uso de software israelense de vigilância para a espionagem de inimigos políticos.

Em suma, é possível dizer que Israel tem contribuído diretamente para o fortalecimento da projeção de poder global dos EUA após o 11 de setembro por meio do treinamento e fornecimento de armas para elites e grupos aliados aos interesses estadunidenses por meio do discurso de “contraterrorismo” e demais preocupações de segurança que ascenderam no ciclo da GGT. Por essa razão, Halper (2015) afirma que os TPO são os maiores ativos de Israel, pois têm possibilitado uma grande inserção de um pequeno país na comunidade internacional por meio de alianças com as principais potências internacionais.

## 6 Considerações finais

Este artigo buscou demonstrar como as relações multifacetadas entre EUA e Israel se estreitaram de maneira intensa após o 11 de setembro de 2001, em especial no campo das ações militares urbanas, envolvendo trocas de conhecimentos, tecnologias e táticas de contraterrorismo. Mais de vinte anos após o evento que marcou o início da GGT, os palestinos ainda sofrem as consequências da criminalização da sua resistência neste contexto, em que todo palestino e todo ato de resistência tem sido classificado como “terrorista” e, portanto, passível de punição exemplar.

O genocídio resultante da agressão israelense em Gaza depois dos massacres realizados pelo Hamas em 7 de outubro de 2023 demonstra o resultado material dessa aliança fundada na cooperação militar, por meio de suprimentos militares e no desenvolvimento combinado de técnicas de contrainsurgência através da destruição do espaço urbano e da desumanização das populações árabes e muçulmanas. O rótulo de terrorista não é aplicado apenas aos palestinos, mas a todos os sujeitos racializados e enquadrados como ameaça em todo o mundo, principalmente no Sul Global. Na América Latina, por exemplo, EUA e Israel se beneficiam na venda de armas para o combate a grupos considerados “narcoterroristas”. Nesse sentido, a GGT é um conflito racializado global e sem fim (BHATTACHARYYA, 2008).

Contudo, é preciso destacar que a solidariedade entre os povos do Sul global tem sido cada vez mais articulada em torno do Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS), revelando novas possibilidades de lutas anticoloniais não-violentas, centradas nas estruturas de produção capitalista e contra os diversos aspectos da dominação colonial. Criado em 2005, o BDS tem por objetivo atingir as estruturas econômicas, culturais e acadêmicas que sustentam e são sustentadas pelo capitalismo racial do qual Israel e os EUA tanto se beneficiam. A solidariedade demonstrada por países como África do Sul, Brasil e Namíbia aos palestinos durante o genocídio em Gaza demonstra a importância dos países do Sul se articularem em um movimento global capaz de resistir às agressões militares lideradas pelos EUA e seus aliados, como Israel.

## REFERÊNCIAS

ACHARYA, A. Race and racism in the founding of the modern world order. **International Affairs**, v. 98, n. 1, p. 23-43, 2022.

AYYADI, I.; KAMAL, M. China-Israel Arms Trade and Co-Operation: History and Policy Implications. **Asian Affairs**, v. 47, n. 2, p. 260-273, 2016.

BHATTACHARYYA, Gargi. Globalizing Racism and Myths of the Other in the ‘War on Terror’. In: LENTIN, R. (Ed.). **Thinking Palestine**. London: Bloomsbury Publishing, 2008.

BEININ, J. The US-Israeli Alliance. In: BENIN, J.; HADDAD, B.; SEIKALY, S. **A Critical Political Economy of the Middle East and North Africa**. Stanford: Stanford University Press, 2021.

BORGER, J. Israel trains US assassination squads in Iraq. **The Guardian**, 09 Dec. 2003. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2003/dec/09/iraq.israel>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

CHADE, Jamil. Carnificina: ONU diz que Gaza tem 17 mil crianças sozinhas e 30 mil mortos. **UOL**, Genebra, 29 fev. 2024. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2024/02/29/17-mil-criancas-em-gaza-ficaram-orfas-ou-separadas-de-pais-diz-onu.htm>>. Acesso em: 29 fev. 2024.

COOK, J. **Israel and the clash of civilisations**: Iraq, Iran and the plan to remake the Middle East. London: Pluto Press, 2008.

COWARD, Martin. **Urbicide**: The Politics of Urban Destruction. Oxon: Routledge, 2008.

CRANDALL, Jordan. (Org.). **Under Fire 1**: The Organization and Representation of Violence. Rotterdam: Witte de With Center for Contemporary Art, 2004.

DoS - U.S. Department of State. U.S. Relations With Israel. 20th Jan. 2021. Disponível em: <<https://www.state.gov/u-s-relations-with-israel/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

FROTINSKY, Sarah. Israel says ground offensive to destroy Hamas tunnels will be long and difficult. **The Hill**, 27 Oct. 2023. Disponível em: <<https://thehill.com/policy/international/4279349-israel-ground-offensive-destroy-hamas-tunnels/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

GORDON, N. Israel’s emergence as a homeland security capital. In: ZUREIK, E.; LYON, D.; ABU-LABAN, Y. (Eds.). **Surveillance and control in Israel/Palestine**: Population, territory and power. London & New York: Routledge, 2010.

GRAHAM, S. Laboratories of War: United States-Israeli Collaboration in Urban War and Securitization. **The Brown Journal of World Affairs**, v. 17, n. 1, 2010.

\_\_\_\_\_. **Cidades sitiadas**: O novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2017.

GRAHAM, S.; BAKER, A. Laboratories of pacification and permanent war: Israeli-US collaboration in the global making of policing. In: HÖNKE, J.; MÜLLER, M-M. (Eds.). **The global making of policing**: postcolonial perspectives. Oxon: Routledge, 2016.

GREGORY, D. **The Colonial Present**: Afghanistan, Palestine, Iraq. Malden: Blackwell Publishing, 2004.

HAJJAR, Lisa. The Counterterrorism War Paradigm versus International Humanitarian Law: The Legal Contradictions and Global Consequences of the US "War on Terror". **Law & Social Inquiry**, v. 44, n. 4, p. 922-956, 2019.

HALPER, J. **War Against the People**: Israel, the Palestinians and Global Pacification. London: Pluto Press, 2015.

HEVER, S. **The Privatization of Israeli Security**. London: Pluto Press, 2017.

KLEIN, N. **The Shock Doctrine**: The Rise of Disaster Capitalism. London: Penguin, 2008.

KHALILI, L. **Time in the Shadows**: Confinement in Counterinsurgencies. Stanford: Stanford University Press, 2013.

LI, Darryl. The Gaza Strip as laboratory: Notes in the wake of disengagement. **Journal of Palestine Studies**, v. 35, n. 2, p. 38-55, 2006.

LITTLE, D. The making of a special relationship: the United States and Israel, 1957-68. **International Journal of Middle East Studies**, v. 25, n. 4, p. 563-585, 1993.

LOEWENSTEIN, A. Exporting the Technology of Occupation. **NYR Daily**, 4 Jan. 2019. Disponível em: <<https://www.nybooks.com/online/2019/01/04/exporting-the-technology-of-occupation/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MACHOLD, R. **Tentative Securities**: 26/11, Israel and the Politics of Mobility. Toronto: Wilfrid Laurier University, 2015.

MANCHANDA, N.; PLONSKI, S. Between mobile corridors and immobilizing borders: race, fixity and friction in Palestine/Israel. **International Affairs**, v. 98, n. 1, p. 183-207, 2022.

MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen. **The Israel Lobby and US Foreign Policy**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2007.

NASSER, R. M. As cidades e as “novíssimas guerras”: a militarização do espaço urbano. *In*: NASSER, R. M.; MELLO E SOUZA, A.; MORAES, R. (Eds.). **Do 11 de Setembro à Guerra ao Terror**. Brasília: IPEA, 2014. p. 272–294.

OCHA. Hostilities in the Gaza Strip and Israel - reported impact | Day 143. **OCHA**, 27 Feb. 2024. Disponível em: <<https://www.ochaopt.org/content/hostilities-gaza-strip-and-israel-reported-impact-day-143>>. Acesso em: 27 fev. 2024.

PAPPÉ, Ilan. **The Ethnic Cleansing of Palestine**. Oxford: One World, 2006.

PARRISH, W. The U.S. border patrol and an Israeli military contractor are putting a Native American reservation under “persistent surveillance”. **The Intercept**, 25 Aug. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/08/25/border-patrol-israel-elbit-surveillance/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

RAMAHI, Z.; SHAHSHAHANI, A. Destroying to Replace: Settler Colonialism from Kashmir to Palestine. **Verso Books**, 10 Aug. 2020. Disponível em: <<https://www.versobooks.com/blogs/4817-destroying-to-replace-settler-colonialism-from-kashmir-to-palestine>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SIPRI. **Databases**. Stockholm International Peace Research Institute, 2022. Disponível em: <<https://www.sipri.org/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

STOCKMARR, L. Beyond the laboratory thesis: Gaza as transmission belt for war and security technology. *In*: HÖNKE, J.; MÜLLER, M-M. **The global making of policing: postcolonial perspectives**. Oxon: Routledge, 2016.

TIMES OF ISRAEL; AFP. **Israel signs deal to bring Chinese laborers, but they won't work in West Bank**. Disponível em: <<http://www.timesofisrael.com/israel-signs-deal-to-bring-chinese-construction-workers-but-they-wont-work-in-west-bank/>>. Acesso em: 28 fev. 2024.

WEIZMAN, E. **Hollow Land: Israel's Architecture of Occupation**. Reprint edition ed. London New York: Verso Books, 2017.

WOLFE, P. Settler Colonialism and the Elimination of the Native. **Journal of Genocide Research**, v. 8, n. 4, p. 387-409, 2006.